

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Conceição Aparecida Fernandes Lima **Panizzi** – UERJ – UGB

Resumo

O texto apresenta algumas considerações sobre a pesquisa que está sendo realizada em dois municípios da mesorregião do sul fluminense do Estado do Rio de Janeiro sobre os programas de formação de professores em serviço na perspectiva do regime de colaboração, vinculados ao Plano de Ações Articuladas (PAR). É uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, com o objetivo de analisar as condições políticas e metodológicas de implementação desses programas de formação. Envolve o estudo de documentos oficiais relacionados à formação de professores e a utilização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos no programa.

Palavras-chave: políticas de formação – plano de ações articuladas – professores

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A busca pela qualidade do processo educativo que atenda às exigências da contemporaneidade passa necessariamente por se repensar os saberes e fazeres da docência, o que pressupõe investimentos e políticas na formação contínua do docente, e nesse sentido os estudos sobre a formação de professores adquirem relevância.

Nos últimos anos, a discussão sobre a formação continuada e de professores em serviço tem sido destacadas. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96 (BRASIL,1996) as políticas de formação contínua dos professores foram se expandindo nas reformas educacionais. As exigências previstas em lei, aliadas aos movimentos dos educadores, têm gerado investimentos em programas de formação de professores em serviço numa proposta de colaboração entre os entes federados.

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) criou a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, organizada em Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação (CPDE), coordenado pela Secretaria de Educação Básica (MEC). A Rede

tinha como propósito (SANTOS, 2008) institucionalizar a demanda de formação continuada, superando uma formação fragmentada e desarticulada e oportunizar as parcerias entre as universidades e os sistemas de educação básica, de modo a aproximar as instituições, seus saberes e fazeres no exercício da docência.

Em 2007, por meio do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, o MEC cria o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMTCE), um programa do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece um novo regime de colaboração entre os entes federados “envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento a demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais” (BELLO, 2011, p.2).

O compromisso entre a União e os entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) define um plano de metas com 28 diretrizes para o desenvolvimento da educação básica. Com a adesão a este Plano de Metas, estados, municípios e o Distrito Federal elaboram seus Planos de Ações Articuladas (PAR).

A elaboração do PAR envolve inicialmente a realização de um diagnóstico da realidade educacional local em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Para esse diagnóstico a coleta de informações deve ser feita a partir da discussão entre os membros da equipe técnica local composta pelo Dirigente Municipal de Educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representante dos diretores de escola; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho Municipal de Educação. São 82 indicadores a serem pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis de pontuação.

Após o diagnóstico, de acordo com a pontuação atribuída aos indicadores, o sistema automaticamente, gera ações e subações que irão compor o Plano de Ações Articuladas (PAR) do ente federado e que definirão as ações de assistência técnica ou financeira de responsabilidade do MEC ou do próprio ente federativo.

Em 2009, com o decreto 6755/2009, o MEC cria a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica (PARFOR), um programa implantado em regime de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), os estados, municípios, o Distrito Federal e as instituições de Educação Superior (IES).

Levando em consideração esse contexto, alguns questionamentos despertam atenção: De que modo as políticas de colaboração entre os entes federados vem contribuindo com a formação de professores em serviço na gestão pública municipal? Como os programas são implementados? Em que medida essas políticas refletem as necessidades locais e a busca de estratégias de superação? Os programas de formação de professores em serviço e a sua implementação nos municípios estão realmente coordenados entre si?

É neste cenário, que se insere a pesquisa “O Plano de Ações Articuladas e a formação de professores em serviço na gestão da educação municipal”.

Pesquisar esse tema pode possibilitar o melhor entendimento de como as parcerias e as articulações entre o governo federal e os entes federados são consistentes ou não, na realização dos programas de formação de professores em serviço de modo a atender as demandas locais com vistas a concretização de uma educação de boa qualidade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as condições políticas e metodológicas de implementação dos programas de formação de professores municipais em serviço por meio do regime de colaboração entre a União e os entes federados, em dois municípios da mesorregião do sul fluminense. E tem como objetivos específicos, identificar os projetos de formação de professores em serviço desenvolvidos nos dois municípios e sua vinculação ao regime de colaboração e as políticas locais de formação; e examinar as implicações educativas dos programas desenvolvidos pela gestão municipal, por meio do regime de colaboração, no enfrentamento das necessidades locais.

A pesquisa em questão, está sendo realizada em dois municípios da mesorregião do sul fluminense, uma das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, com área de 7.918,501 km² e população estimada em pouco mais de 1 milhão de habitantes, conforme dados do IBGE/2012. São componentes dessa região os seguintes municípios: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Parati, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Num primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico, a partir de publicações e artigos científicos que oferecessem a contribuição de diferentes autores para a fundamentação conceitual e análise do tema, e também, um estudo de

documentos oficiais sobre os programas de formação continuada, como guias de formação, manuais dos programas, resoluções, pareceres, portarias, dados disponibilizados no site do MEC, instrumentos diagnósticos, índices demográficos e educacionais dos municípios pesquisados.

Posteriormente deu-se início as entrevistas com os gestores da educação municipal, com os coordenadores dos programas desenvolvidos, os responsáveis pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), tutores e professores envolvidos nos programas desenvolvidos nos municípios.

As entrevistas foram organizadas com um roteiro básico, a fim de possibilitar uma maior interação com o entrevistado e a ampliação e/ou supressão de perguntas que se fizessem necessárias ao seu encaminhamento. As questões foram estruturadas de modo a permitir o entendimento de como vem ocorrendo os programas de formação de professores em serviço, no regime de colaboração com o governo federal, no que tange ao planejamento, implementação e avaliação, apontando para os resultados na educação dos municípios.

A revisão teórica, possibilitada pela análise bibliográfica e documental desenvolvidas até o momento, conduziu a pesquisa a se estruturar inicialmente nos seguintes eixos: a formação de professores em serviço no Brasil a partir da implementação da lei 9394/96; a compreensão conceitual, no âmbito da educação de conceitos como federalismo, descentralização, regime de colaboração e accountability na estruturação e desenvolvimento das políticas públicas; e a formação de professores em serviço na gestão da educação municipal na perspectiva do Plano de Ações Articuladas.

Algumas considerações

A adesão ao PDE e elaboração do PAR é pré-requisito para o apoio financeiro e técnico do Governo Federal aos municípios para o desenvolvimento da escola básica. Bello (2011) cita como aspectos positivos do PAR a possibilidade dos recursos chegarem a todos os municípios do país e de ter sido pensado para quatro anos, o que estimula a ideia de planejamento conjunto entre estado e municípios. E considera a grande extensão territorial do país e a centralização do poder nas mãos do gestor local, como elementos dificultadores.

Segundo Sousa (2011), para o MEC, o PAR permite um maior controle em termos de informações sobre as políticas e ações em execução nos estados e municípios

e cria uma homogeneização da questão educacional em todo o país, interferindo na possibilidade de propostas diferenciadas de cada sistema de ensino.

No parecer de Bello (2012, p.10) “cursos homogeneizados e homogeneizantes são apresentados para escolha pelos dirigentes municipais como uma espécie de cardápio em que não se pode acrescentar ou modificar o proposto...”.

Apesar dessas dificuldades é relevante destacar que a oferta dos programas oriundos do PAR são importantes para os municípios, pela possibilidade que representa para “deflagrar o debate sobre os efeitos da formação de professores em serviço no cotidiano da sala de aula, na reorganização curricular e para o incremento do surgimento de programas de formação em serviço locais no país afora” (SANTOS, 2011).

Vale lembrar que a pesquisa descrita está em andamento, portanto, o que foi abordado neste texto, representa algumas considerações pontuadas em seu encaminhamento até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, Isabel M. **O plano de ações articuladas como estratégia organizacional dos sistemas públicos de ensino: avanços, limites e possibilidades.** Disponível em:<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0234.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2014.

_____. **O Plano de ações articuladas e a Plataforma Freire: implicações para a carreira e a formação dos professores da educação básica.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em http://www.infoteca.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2392b.pdf. Acesso em 29 de janeiro de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: www.fnde.gov.br/.../decretos/.../3171-decreto-nº-6094-de-24-de-abril-de-2007. Acesso em: 09 de maio de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. DF, 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../decreto/d6755.htm. Acesso em 09 de maio de 2014.

SANTOS, SONIA R.M. **A rede nacional de formação continuada de professores, o pró-letramento e os modos de formar professores**. Práxis Educativa (Brasil), vol. 3, n. 2, julho-diciembre, 2008, pp. 143-148, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/894/89411447005.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2014.

_____. **Regimes colaborativos e os programas de formação de professores em serviço: uma análise sobre a experiência da baixada fluminense**. Relatório de Pesquisa. FEUSP- Programa De Pós-Doutorado Em Educação. São Paulo, 2011.

SOUZA, Bartolomeu José R. **O Plano de Ações Articuladas(PAR) Como Instrumento de Planejamento da Educação: O Que Há de Novo?** . In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2º. Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Disponível em <http://www.anpae.or.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0079.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2014.